

# Introdução

---

**A inflação tornou-se um problema central para as economias capitalistas na segunda metade do século XX. Nos velhos tempos do padrão ouro e do capitalismo competitivo, a inflação era um fenômeno passageiro, que caracterizava os períodos de expansão e auge do ciclo econômico ou então desajustamentos extraordinários do sistema econômico causados, por exemplo, por guerras. E geralmente a inflação era alternada com períodos de deflação nos períodos de recessão.**

**Na fase do capitalismo oligopolista e tecnoburocrático, a partir da Segunda Guerra Mundial, e principalmente a partir dos anos setenta, quando a economia mundial entra em mais uma fase de desaceleração e crise de um ciclo longo de Kondratieff, a inflação muda de natureza. Torna-se crônica em todos os países. Em alguns, principalmente os países centrais, as taxas ainda são moderadas, embora várias vezes tenha sido superior a 10% ao ano. Reduziram-se a partir de 1982 às custas de severas políticas recessivas e, nos Estados Unidos, da valorização artificial do dólar, mas definitivamente não existe mais “estabilidade monetária”.**

**Nos países subdesenvolvidos, as taxas subiram e se estabilizaram em patamares muito mais elevados, não raro superiores a 100%, e tiveram que ser acompanhadas por sistemas de indexação que moderaram os efeitos distorcivos da inflação, mas ao mesmo tempo tornaram a inflação muito mais difícil de ser reduzida. Tanto nos países capitalistas centrais quanto periféricos os períodos de de-**

flação desapareceram completamente. Temos agora apenas períodos de aceleração ou de desaceleração da inflação em curso.

A partir desta constatação, decidimos publicar este livro. Alguns dos seus capítulos correspondem a artigos que já havíamos escrito. Os capítulos dois e três, entretanto, que tratam respectivamente da teoria da inflação autônoma ou da estagflação e da política administrativa de controle de inflação, e o capítulo nove, que examina as causas da aceleração inflacionária no Brasil em 1979 e em 1983, foram escritos especialmente para este livro. Não obstante, praticamente todos os capítulos foram publicados antecipadamente na *Revista de Economia Política*. O único capítulo inédito é o nono.

Pretendemos neste livro desenvolver ou sistematizar uma teoria sobre a inflação adaptada ao capitalismo oligopolista e tecnoburocrático dos nossos dias. Para isto procuramos montar um modelo teórico de inflação que não apenas abandona os pressupostos de competição perfeita e equilíbrio automático no pleno emprego dos economistas neoclássicos mas também o pressuposto keynesiano de preços fixos até o nível de pleno emprego. Em nosso modelo não apenas temos um mercado oligopolista e desemprego crônico, mas esse desemprego convive com a inflação. Nesse sentido, não procuramos identificar a inflação como um desvio de uma situação anterior de equilíbrio, como fazem neoclássicos e keynesianos, e sim como uma característica intrínseca do capitalismo oligopolizado e estatizado da segunda metade do século XX. As taxas de inflação podem variar de país para país. Podemos ter períodos de aceleração e de desaceleração inflacionária. Mas dificilmente o capitalismo atual logrará resolver seus conflitos distributivos nos quadros de um mercado imperfeito e ao mesmo tempo manter preços estáveis. Os fatores mantenedores do patamar de inflação ou de inércia inflacionária são muito poderosos no capitalismo tecnoburocrático dos nossos dias.

Muitos dos temas deste livro foram debatidos com nossos colegas do Departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Queremos registrar nossos agradecimentos a eles, especialmente a Alkimar Moura, Geraldo Gardenalli e Marcelo Antinori. Os debates e os diálogos com Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, Francisco Lopes, José Serra, Adroaldo Moura da Silva, João Sayad, André Montoro Filho e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo foram importantes no desenvolvimento de nossas idéias. Mário Henrique Simon-

sen contribuiu de forma importante para nossa visão sobre a inflação através do conceito de realimentação inflacionária. Nosso maior débito intelectual em relação aos problemas da inflação contemporânea, entretanto, continua a ser para com Ignácio Rangel, que em 1963, com a publicação de *A Inflação Brasileira*, estabeleceu um marco na história do pensamento econômico sobre a inflação.

Na linha de pensamento inaugurada por Ignácio Rangel — em oposição ao monetarismo, ao keynesianismo e ao estruturalismo, inclusive as suas versões modernas representadas por Rezende (1979) e Bacha (1980, 1982) —, acreditamos que a relação inversa entre crescimento e inflação é mais poderosa do que a relação direta em economias oligopolizadas como a brasileira. Nos momentos de recessão a inflação tende a acelerar-se e não a diminuir, porque as empresas oligopolistas logram aumentar suas margens de lucro. Ocorre ao mesmo tempo a redução das margens de lucro das empresas competitivas e do setor agrícola, mas essa redução não chega a compensar a elevação do *mark up* do setor oligopolista. A relação entre crescimento e inflação, entretanto, é mais complexa porque há outros fatores, como variações na taxa de salário real, na taxa de câmbio real, nos preços dos bens importados, e medidas de “inflação corretiva” tomadas pelas autoridades econômicas que aceleram ou desaceleram a inflação. Por outro lado, sem desprezar o mercado, consideramos que os fatores administrativos, derivados do poder monopolista das empresas, dos sindicatos e do Estado, têm uma importância decisiva no fenômeno inflacionário contemporâneo. Nestes termos, poderíamos afirmar que procuramos desenvolver neste livro uma teoria administrativa de inflação.